

Prisão de Caxias, Maio de 1961. Um conjunto de presas políticas coabita uma cela. São na sua Assumindo a sua luta política, mesmo dentro da cadeia estão organizadas e enviam então para fora de as condições em que viviam. Um documento impressionante que o PÚBLICO agora revela. Hoje publi

Cartas manifestas de mulheres na prisão de Caxias I

SÃO JOSÉ ALMEIDA

Com a data de Maio de 1961, saiu clandestinamente da cadeia de Caxias um manifesto político de denúncia do fascismo, na forma de 13 cartas em que mulheres presas pela PIDE relatavam de forma explícita a sua prisão e julgamento arbitrários, o seu quotidiano prisional, o estado de doença, as mágoas, as preocupações.

São documentos impressionantes, escritos pelo escol de militantes e funcionárias clandestinas do PCP à época. Maria Luísa Costa Dias, Maria Albertina Diogo, Ivone Dias Lourenço, Aida Magro, Maria da Piedade Gomes dos Santos, Maria Ângela Vidal Campos, Aida Paulo, Maria Alda Nogueira, Fernanda de Paiva Tomás são as autoras de nove dessas cartas, às quais o PÚBLICO teve acesso e que lhe foram fornecidas por Domicília Maria Costa, que, com seus pais, Maria e Antero Costa, foi funcionária clandestina do PCP.

É difícil estabelecer a origem desta iniciativa, mas, como Maria da Piedade Gomes dos Santos declarou ao PÚBLICO, dentro da cela, de certeza que partiu de Sofia Ferreira e de Alda Nogueira, já que elas eram as responsáveis junto da organização prisional. Mas salienta também a proeminência no grupo de figuras como

Cândida Ventura – hoje com 86 anos, à época dirigente do PCP, presa entre 03/08/1960 e 11/07/1963, que, contudo, afirmou ao PÚBLICO não estar nesta altura na cela, pelo que não participou nesta iniciativa – ou Julieta Gandra, esta última também destacada por Aida Magro, em conversa com o PÚBLICO. Já Albertina Diogo, em declarações ao PÚBLICO, salienta, além do papel de relevo de Sofia Ferreira e de Maria Alda Nogueira, a figura de Fernanda Paiva Tomás.

Sofia Ferreira – hoje com 82 anos, que se assume como responsável pelas mulheres junto da organização de presas em Caxias, em conjunto com Maria Alda Nogueira, ambas do comité central – afirma, em declarações ao PÚBLICO, que este tipo de iniciativas eram organizadas de acordo e em coordenação com a direcção do PCP. “Na cadeia a preocupação de facto dos comunistas era organizarem-se para fazer frente à situação, unir e coordenar a acção para fazer frente aos problemas. Ora, havendo uma organização prisional, nós éramos as responsáveis pelas mulheres. Nós conhecíamos os cuidados conspirativos secretos necessários na cadeia, os processos de ligação. E esta correspondência era feita através dessa organização. Era através dela que saía. Assim como dávamos do partido informações sobre o que

se passava na cadeia e recebíamos do partido informações da situação, o ‘Avante!’ e ‘O Militante’”, assume Sofia Ferreira (presa a primeira vez em 25/03/1949 com Álvaro Cunhal e Militão Ribeiro, no Luso, é libertada em 04/02/1953; é de novo presa com o marido, António Santo, em Lisboa a 28/05/1959, é libertada a 06/08/1968, tendo estado presa desta vez nove anos e três meses seguidos).

O objectivo das cartas foi, segundo Ivone Dias Lourenço declarou ao PÚBLICO, o de serem lidas numa reunião internacional em Paris. Já Aida Magro afirmou ao PÚBLICO que teve um exemplar da revista soviética onde, diz, elas foram posteriormente publicadas: “Quem teve a ideia não sei, não era possível saber. Eu, depois, tive a revista, mas deixei-a numa casa clandestina, que a PIDE assaltou.”

Aida Magro lembra-se de ter estado de plantão à porta, por causa dos ruídos de quem se aproximava, durante os períodos em que as cartas estavam a ser escritas. E relata que num desses momentos entraram na cela o médico e o chefe dos guardas. Ela adiou a entrada dos dois durante uns segundos, para que os documentos fossem escondidos, alegando que havia “senhoras em trajes menores”. Eles explicaram que vinham fazer uma vistoria aos sanitários e acabaram por entrar. O

médico conversou com Luísa Paula, a “mãe Luísa”. Depois, ainda tentou aproximar-se da mesa onde as presas tinham estado a escrever, “em folhas pequeninas de mortalha”. Mas Aida Magro diz tê-lo interpelado sobre o que de facto o levava ali e o médico afastou-se da mesa.

Maria da Piedade Gomes dos Santos não se lembra desta carta em especial, mas recorda-se de escrever com letra certa “quilómetros de mortalhas”. Diz mesmo que havia um caixote debaixo do qual com uma vela se podia escrever à noite.

Olhando uma cópia da sua carta, dactilografada na altura pelo aparelho clandestino do PCP, Ivone Dias Lourenço diz que reconhece a máquina de escrever, pois serviu para dactilografar outros documentos do PCP. Quanto à forma em que as cartas foram feitas, antes de serem passadas à máquina, explica: “As cartas eram manuscritas em mortalhas com a letra miúdiinha e eram postas cá fora pelas formas clássicas. Havia quem soubesse substituir minas de lápis por mortalhas enroladas, havia também os botões forrados com pano – esses eram mais apanhados.”

Estas mulheres estavam todas na mesma sala em Caxias e, de acordo com a investigação feita pelo PÚBLICO, três das quatro autoras das

cartas que faltam poderão ter sido Sofia Ferreira, Julieta Gandra e Luísa Paula, que coabitavam uma cela nessa altura, embora, por exemplo, Sofia Ferreira não assumiu. Esta é a opinião de Ivone Dias Lourenço, que frisa que as mulheres iam para aquela cela por serem consideradas perigosas para o regime, ou seja, terem-se assumido como comunistas. Mas explica que aí não estavam só militantes do PCP. Nesta cela encontrava-se também a médica Julieta Gandra, hoje com 87 anos, a viver num lar em Lisboa, que foi presa, acusada de militante do MPLA, em 1960, e libertada de Caxias em 06/07/1965. Tendo emigrado para Angola, muito jovem, com o primeiro marido, também médico, Cochat Osório, Julieta Gandra, que começou por ser, com figuras como Lúcio Lara, militante do PC angolano, voltou a Luanda após o 25 de Abril como cooperante, com Fernanda Paiva Tomás, com quem vivia.

“A primeira experiência de partilha e luta em comum”
Salienta ainda Ivone Dias Lourenço que o convívio naquela cela foi, para a maioria das presas, a primeira experiência de partilha e luta em comum, já que as clandestinas do PCP tinham como função guardar e manter as casas clandestinas e raríssimas vezes

MARIA LUÍSA COSTA DIAS

Nasceu a 15/10/1916 em Coimbra
Morreu 10/05/1975
Prisões: 03/12/1953 a 18/12/1954;
05/12/1958 a 20/04/1962

Médica. Mulher de Pedro Soares, morreram ambos num acidente de automóvel em 10 de Maio de 1975. Entrou na clandestinidade em 1951. Na cadeia esteve muitíssimo doente com um problema de envelhecimento precoce (caquexia), é internada. Quando libertada trata-se e recupera em Londres. “Quando saí da cadeia, tinha 32 quilos”, diz Aida Magro. É libertada mediante uma campanha internacional. Integrou a Federação Democrática Internacional das Mulheres.

Participou no Congresso Mundial de Mulheres, em Helsínquia, em 1969, com Sofia Ferreira, Maria da Piedade Morgadinho, Maria José Ribeiro e Cecilia Areosa Feio. Entre Setembro e Dezembro de 1974, integrou a delegação portuguesa à Assembleia Geral da ONU. Era profundamente católica. Conta Maria da Piedade Gomes dos Santos que na cela, “Maria Luísa rezava todos os dias junto às grades virada na direcção do Cristo-Redi. E no armário que tínhamos, um para cada presa, ela tinha um pequeno oratório. Todas respeitávamos a fé dela”. O funeral do casal foi religioso.



“É-me negado internamento hospitalar”

“Fui julgada ao fim de dois anos de prisão preventiva e condenada a dois anos de prisão correcional e medidas de segurança. Tal condenação foi-me aplicada em contradição com as conclusões expressas pelo próprio tribunal que, tendo negado a comprovação dos factos essenciais de que era acusada pela PIDE, me condenou, agravando ainda a pena com medidas de segurança, apesar de me encontrar tão doente que tive de ser dispensada pelo tribunal de assistir ao julgamento. O meu estado de saúde está profundamente abalado por doença grave e sem nenhum tratamento, dado que a assistência de que necessito não pode ser ministrada na prisão e é-me negado internamento hospitalar. Em Agosto de 1960 tive de

ser submetida a uma intervenção cirúrgica urgente consequência daquela ausência de tratamento. As torturas psíquicas que então me foram infligidas pela PIDE, os violentíssimos choques que com ela tive de travar nas vésperas da operação e durante os escassos dias que estive hospitalizada, provocaram-me um estado de extremo depauperamento físico, um grave esgotamento nervoso que [se] mantém passados oito meses, encontrando-me ainda incapacitada de realizar qualquer actividade intelectual.

Neste estado precário de saúde foi-me aplicado, assim como a todos os outros presos da cadeia, alguns dos quais gravemente doentes, um castigo de dois meses em regime de subalimentação, cortes de visitas e de lanches.

Neste estado de saúde, de há três meses, tenho sido sujeita arbitrariamente a longos períodos de isolamento que fortemente têm abalado a minha saúde.

Foi interposto o pedido de anulação do meu julgamento e aguardo há 15 meses a resolução do tribunal. (...)”

MARIA ALBERTINA DIOGO

Nasceu a 09/02/1932 em Santiago do Cacém
Prisões: 14/11/1960 a 05/07/1966

Operária. Mulher de Guilherme da Costa Carvalho, de quem teve dois filhos. Entrou na clandestinidade em 1955. Ficou surda de um ouvido devido às torturas e ao espancamento nos interrogatórios da PIDE. Hoje, tem 72 anos e vive no Porto.

“Estive cinco dias e quatro noites na tortura do sono”

“(…) Fui presa em Novembro de 1960 na casa onde vivia com meu marido. Passados 30 dias a PIDE resolveu fazer-me interrogatórios, dizendo que eu entrava no dia 2 de Janeiro e não saía dali enquanto não falasse. Estive cinco dias e quatro noites na tortura do sono. Durante esse tempo incharam-me as pernas e os pés. Fui agredida e insultada por uma mulher da PIDE. Os inspectores Carvalho e Rosa Casaca também me insultaram. Estive isolada 45 dias, 30 foram sem visitas, sem lanche e sem jornal. Nesta mesma cadeia de Caxias encontra-se meu marido a quem nem sequer posso escrever. Nesta situação prisional chegam-se a passar longos anos que não vemos os nossos maridos, estando apenas à distância de metros. Tenho dois filhos com 5 anos de idade que só poderia ver por entre as redes do parlatório. Como nestas condições a sua visita nos causa mais sofrimento que conforto, preferimos, eu e meu marido, não a aceitar. E assim os meus filhos continuam a crescer longe dos pais, privados do seu carinho.”



grande maioria dirigentes e militantes de relevo no aparelho clandestino do PCP. Caxias um manifesto político sob a forma de cartas pessoais em que denunciam camos a primeira parte, amanhã publicaremos a segunda.

PEDRO CUNHA



Ivone Dias Lourenço continua militante do PCP e é jornalista do "Avante!"

ou mesmo nunca se reuniam entre si ou com os homens. Um espaço de vida comum constituído por sete beliches, lembra Aida Magro, e que, de acordo com Maria da Piedade Gomes dos Santos, nunca foi ocupado por mais de 14 presas. Já Sofia Ferreira contrapõe que esta cela chegou a

conter oito beliches e 16 presas por volta de 1964.

A decisão de prender as mulheres em Caxias surgiu nos anos 50, lembra Sofia Ferreira. Antes iam para as Mónicas, em Lisboa também. Mas as movimentações contra o facto de manterem presas políticas junto de

presas de delito comum levaram à alteração. Para isso, adaptaram salas grandes, sem casa de banho e apenas um balde que tinha de ser despejado, e uma casa de banho comum para banhos. Em 1964, relata Sofia Ferreira, "as mulheres foram temporariamente para o reduto sul de Caxias", foram feitas "obras de alteração das celas no primeiro andar e fizeram celas de quatro pessoas com beliches, dois bancos e uma mesa e casa de banho".

Sofia Ferreira salienta também que os anos 60 foram um período peculiar no que toca à prisão política: "Aumentou o número de presas mulheres, não só ligadas ao PCP, mas operárias e intelectuais democratas que lutavam contra o fascismo." Foi nesta época também, sublinha, que "meteram mulheres pides para poderem estar à vontade", que se "alteraram os métodos de tortura, com a generalização da tortura do sono" e que "começaram as mulheres a ser torturadas como os homens, com a tortura do sono".

No início dos anos 60 não havia recreio, "só depois começou a haver uma hora ou meia hora em comum", diz Sofia Ferreira, que sustenta que apenas no final da década, conseguiram "ouvir meia hora por dia um gira-discos que uma família arranjou".

Mas, no início dos anos 60, explica Sofia Ferreira: "As mulheres em Caxias estavam limitadas, viviam num regime de transição, pois a cadeia era para os presos estarem em interrogatório e em formação de processo; a pena normal não era ali cumprida, depois de condenados seguiam para Peniche ou para o Porto. Ora, em Caxias, as mulheres já condenadas mantinham o regime de isolamento, não tinham convívio, não tinham refeitório, estavam mais prejudicadas."

A separação dos presos era total, mesmo os casais, em que ambos os cônjuges ou companheiros estavam

em Caxias, não podiam conviver, nem ter visitas em comum, sequer dos filhos. Já quanto a cartas, a correspondência entre casais presos só era permitida aos legalmente casados, mediante autorização e com visionamento da censura. As visitas da família era apenas de pais, irmãos, cônjuges e filhos; o resto era mediante autorização, frisa Sofia Ferreira. E recorda: "Não entrava toda a comida que as famílias levavam, e quando entrava, os pastéis era todos picados e os bolos cortados." Isto quando estes direitos de visita, lanche, etc. não eram suspensos por castigos arbitrários, uma recorrência "sádica", que "servia para juntar ao processo para prolongar a pena com medidas de segurança", na opinião de Sofia Ferreira.

"Comunicávamos com as outras através da parede e por mensagens que conseguíamos trocar. Felizmente, havia também a casa de banho comum", lembra Ivone Dias Lourenço, contando que na casa de banho eram deixadas mensagens para presas de outras celas.

Na cela das autoras destas cartas "vivía-se uma vida muito disciplinada, mas difícil", garante Sofia Ferreira. "Tínhamos um curso em que Maria Alda Nogueira dava aulas de Matemática e Química, Fernanda Paiva Tomás dava História de Portugal e Português e Maria Luísa Costa Dias dava aulas de História Universal - quando saíram houve duas amigas que foram fazer exame; eu não fui porque fui para fora [exilou-se em 1968 na União Soviética]. Havia limitações à entrada de livros, mas a certa altura lembrome que a Fernanda Paiva Tomás conseguiu comprar um livro de História de Portugal e através dele estudávamos. Além disso, fazíamos renda, 'crochet', 'tricot', costura, mas tínhamos que pedir autorização para receber as linhas e tecidos e depois para enviar para fora e dizer para que era - muitas vezes era proibida a saída das peças de roupa." ■

"Às organizações femininas e democráticas do mundo inteiro"

Dirigido "às organizações femininas e democráticas do mundo inteiro" - refira-se que as mulheres do PCP integravam a Federação Democrática Internacional das Mulheres, organização de mulheres ligada ao Movimento Comunista Internacional -, este documento inicia-se com uma introdução onde se lê: "A nossa terra amada é Portugal. O amor a ela e ao seu Povo, bom e sofredor, de há trinta e cinco anos sob o peso de uma implacável ditadura fascista, é a única razão por que nos encontramos encarceradas." A introdução conclui-se, afirmando:

"Em Portugal milhares e milhares de compatriotas são afincadamente perseguidos, por isso muitas vezes obrigados a uma dolorosa vida clandestina. Uma vez aprisionadas, como tal são mantidos longos anos, mercê de prisões preventivas que chegam a decuplicar o período legal máximo de seis meses; de penas pesadíssimas; e sobretudo, da aplicação generalizada das chamadas 'medidas de segurança', ao abrigo das quais os presos não são restituídos à liberdade enquanto não forem julgados 'corrigidos' - uma prisão perpétua, eis o seu significado. Aqui, na prisão de Caxias, estão actualmente encarcerados cerca de centena e meia de democratas (alguns contando já, no total, 20, 10, 8 anos de prisão) dentre os quais 20 são mulheres. Hoje falam-vois 13 mulheres - mais de 36 anos de cadeia já cumpridos, no conjunto." No final do conjunto de cartas, há ainda um texto a chamar a atenção para as condições de prisão das camponesas do Couço. "Próximo de nós encontram-se presas, há cerca de seis meses, seis camponesas do Couço (Alentejo) cujos processos foram já entregues a tribunal. (...) Todas estas mulheres foram barbaramente torturadas na PIDE, sofrendo insultos, espancamentos, tortura do sono, e estatura, sendo algumas delas submetidas a esta forma de tortura (a estatura) depois de colocadas em cima de cadeiras e amarradas para que não caíssem, visto que se apoiavam num só pé ficando o outro suspenso e mantendo-se nesta posição de duas a quatro horas. As marcas destas torturas eram bem visíveis pelas muitas nódoas negras que se mantiveram durante muito tempo no corpo e pelo inchaço de pernas e pés que as impediu de se calçarem durante algum tempo. Não bastando tudo isto, a PIDE aplicou a duas destas mulheres uma forma requintada de tortura - um aparelho eléctrico sobre as cabeças, após muitos dias e noites impedidas de dormir, enquanto vários agentes continuavam a berrar-lhes para que não adormecessem (...)"

IVONE DIAS LOURENÇO

Nasceu a 03/04/1937 em Vila Franca de Xira
Prisões: 23/11/1957 a 27/05/1964

Filha de António Dias Lourenço e de Casimira da Conceição Silva. Tem 67 anos e é jornalista do "Avante!". Tinha 20 anos quando foi presa. Assume que o período de prisão em Caxias a marcou de forma determinante: "Foi um período muito importante o que estive presa. Por exemplo, quando saí, em 1964, nunca tinha ouvido Beatles."

"Preso político: é proibido viver"

"(...) Estou presa há três anos e meio, mas foi sob o temor da prisão que aprendi, de pequena, a amar meus pais. Perseguidos políticos, a vida de sacrifícios, sobressaltos e fugas a que foram forçados, bem cedo nos roubaram o convívio uns dos outros.

A infância foi sem pais - foi incompleta. Depois, tinha eu então doze anos, ambos foram presos. No princípio foi a desorientação por não os ter, e um quase instintivo receio pelo que lhes pudesse acontecer. Era grande o amor e grande a dor; vaga a ideia da razão por que assim era.

Mas foi preciso querer saber tanta coisa e ter de deixar a escola; querer trabalhar e não encontrar emprego; querer comer e não ter o quê. (...) A razão dos pais presos ficou clara. E passei a amá-los mais. (...) tenho 24 anos. O resto: o noivado interrompido. O meu noivo... vê-lo não, escrever não: é proibido. Os amigos, estejam perto ou estejam longe, nem sequer podem nomear-se: é proibido.

Ver a mãe por entre vidros e grades, a metro e meio de distância, sorrir sempre e não falar do dinheiro de que precisa, dos cari-



nhos que lhe faltam e a mim também, das saudades e da impotência que apertam o coração. "Tudo bem." "Não custa nada". Porque ela ficaria triste, e há o guarda entre nós a cada sílaba pronunciada. O meu irmão pequenino cresce, cresce, está mais alto do que eu. Não sei se um palmo se meio: a distância não permite medições. (...)

Em verdade, a mim não custa, podeis crer. Mas a mãe que triste veio porque há dias, novamente, não deixaram que entregasse dúzia e meia de laranjas. "Uma dúzia, nem mais uma", é tudo o que basta a um preso político. A revista de modas e uns poemas de amor também não podem entrar. Vêm os óculos, o segundo par de óculos sucessivamente comprados por receita do médico da cadeia. Nenhum serve. "É só presa, esta mulher": para quê perder tempo a saber se sofre de miopia ou se o que tem é astigmatismo? Para quê investigar uma doença de garganta se não é caso de morte? Emagrece de mês para

mês. Mas que importa? Ainda não está à morte. A camisola tricostada para o meu irmão não pode sair daqui: é proibido. E uma história para crianças, feita por uma companheira sobre um voo com rumo às estrelas, também é proibido. É proibido dizer numa carta para a família que a esperança de voltar para junto dela é uma constante. É proibido dizer-lhes que um nosso companheiro está doente e não é tratado, foi espancado ou está a pão e água no "segredo". É proibido dizer que a razão foi só ter escrito sobre um prato o nome próprio. Não vale a pena esperar pelo Natal e Ano Novo para abraçar a família: mesmo uma vez por ano, é proibido abraçá-la.

Foi proibido dizer que é injusta a proibição e que queremos que a levantem: deu dois meses sem visitas - pune-se a cadeia inteira porque, enfim, tem coração. É proibido tentar saber quem foi preso. No carro celular que passou no pátio há pouco, pode ter vindo o meu pai, outros pais, outros irmãos ou maridos - tantos deles perseguidos, perseguidos, perseguidos, só por serem portugueses. Se aqui estão presos também, jamais podem lobrigar-se: é proibido. É proibido cantar, é proibido rir alto. Proibido trabalhar. Preso político: é proibido viver.

Não aceito! Nem que morra na prisão."